



PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**130ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

28 de março de 2007
Brasília - DF

1
2
3
4
5
6
7
8
9

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
ATA DA CENTÉSIMA TRIGESIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS

10
11
12
13
14
15
16
17

DATA: 28 de março de 2007.

LOCAL: Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

18
19
20
21
22
23
24

I – PRESENCAS

25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

Representação do Governo

MPS – Nelson Machado

MPS – Helmut Schwarzer

INSS – Benedito Adalberto Brunca

MF – Paula Bicudo de Castro Magalhães

MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

MP – Guilherme Costa Delgado

35
36
37
38
39
40
41
42
43

Representação dos aposentados e pensionistas

SINDNAP – Luiz Antonio Adriano da Silva

COBAP – Josepha Theotônia de Britto

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

SINTAP – Eptácio Luiz Epaminondas

CGT – Edmundo Benedetti Filho

44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

Representação dos trabalhadores em atividade

CONTAG – Evandro José Morello

CUT – Maria Júlia Reis Nogueira

SDS – Wagner José de Souza

Representação dos empregadores

CNA – João Cândido de Oliveira Neto

CNF – Jorge Higashino

CNC – Roberto Nogueira Ferreira

Convidados:

DATAPREV – Edgard Miguel Prats Filho

INSS/PFE – Antônio A de Siqueira

PMT – Carlos Rogério

CGEPI/INSS – Valter Giugno Abruzzi

MPS – José Eduardo Formosinho

FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia

PFE/INSS – Aluizo Silva Lucena

Ausências:

MPS – Carlos Eduardo Gabas

MPS – João Donadon

INSS – Valdir Moysés Simão

MPS – Leonardo André Paixão

SRP – Adélia Martins da Matta

MF – Manoel Joaquim de Carvalho Filho

COBAP – Josias Oliveira Melo

FORÇA SINDICAL – Ricardo Patah

CNI – Aurélio Marcio Nogueira

CNM – Paulo Roberto Ziulkoski

55 CONTAG – Alessandra da Costa Lunas
56 CGT – Carlos Alberto dos Reis
57 CNT – Marcos Machado Soares
58

59 **II – ABERTURA**

60 Presidindo a Mesa, o Sr. Nelson Machado abriu a reunião e desejou boas-vindas ao
61 Conselheiro Roberto Nogueira Ferreira que está assumindo o Conselho hoje aqui
62 representando a CNC. Aproveitou a oportunidade para agradecer este conselho pelo
63 trabalho que executou durante os últimos anos, mas principalmente pelo trabalho
64 desempenhado no decorrer de nossa gestão neste Ministério. Assumiu o Ministério em
65 julho. Agradeceu e disse que seguramente o Ministro Marinho vai continuar a política
66 de combate às fraudes, combate às filas, melhorar o atendimento e reduzir os custos,
67 desperdícios e continuar também a política de dar transparência às nossas ações, às
68 nossas políticas e prestigiar cada vez mais este Conselho que muito tem contribuído
69 para a gestão da Previdência Social. Foi parabenizado pelos conselheiros. Passou a
70 condução dos trabalhos ao Sr. Helmut que deu continuidade à sessão.
71

72 **III – EXPEDIENTE**

73 Com relação aos informes gerais, relativo ao expediente da posse do Conselheiro
74 Roberto Nogueira Ferreira a quem o Ministro já deu as boas vindas e o Sr. Helmut
75 manifestou novamente as boas vindas. O Sr. Helmut submeteu à votação a Ata
76 da 129ª Reunião Ordinária do CNPS, porém antes da aprovação a Sra. Josepha
77 lembrou pontos para análise na próxima reunião, os quais ponderou a necessidade
78 de se pautar o auxílio-doença para a próxima reunião e o outro ponto é que se
79 comente sobre o reajuste das aposentadorias. O Sr. Helmut esclareceu, porém que
80 em relação à questão do reajuste das aposentadorias está colocado na própria lei que
81 é o INPC, recentemente com a medida legislativa 316. Afirmou que a periodicidade de
82 divulgação do INPC é possível aguardar o início do próximo mês de abril, dia 10 ou 11,
83 no qual o IBGE vai publicar o INPC relativo ao mês de março, com isso nós
84 perderemos a folha da Previdência que fecha na metade do mês. A antecipação de
85 reajuste do salário-mínimo está programado e negociado na política do salário-mínimo
86 e a legislação, a lei também prevê que o reajuste das aposentadorias acima do
87 salário-mínimo ocorra no mesmo mês em que há o reajuste do salário-mínimo.
88 Portanto, concluir que a antecipação do reajuste vai ocorrer para os demais
89 aposentados no mesmo mês em que houver o aumento do salário-mínimo. Com
90 relação à questão de uma parte do 13º ser pago antecipadamente ou não, até haver
91 esse fracionamento manifestou-se no sentido de que essa é uma questão que está
92 fora da sua órbita. O Sr. Benedito Adalberto Brunca registrou na ata que a
93 preocupação do Conselheiro Sr. Marcos Machado Soares, a respeito do uso indevido
94 às questões de muitos telefonemas de seqüestros aos pensionistas, mas que deve-se
95 analisar a relação custo benefício do ponto de vista de qual é a efetiva comodidade
96 para parte que recebe a informação. Afirmou também que não se pode tomar
97 nenhuma medida tendente a causar algum impacto e quanto à relação da eventual
98 ocorrência de trotes ou de usos, enfim, sempre vai ter que considerar que a orientação
99 geral pela mídia aos aposentados vai buscar esclarecer como estão sendo feitas as
100 600 mil visitas domiciliares que são realizadas em função do senso e que mais sério
101 do que um telefonema que convida o aposentado para ir a uma agência é um
102 agendamento de uma visita que alguém vai a casa dele verificar a vida, verificar se ele
103 é efetivamente a pessoa que recebe o benefício e que estão sendo tomadas todas as
104 cautelas necessárias para que se evite as ocorrências, ainda que em sua consciência
105 não se consiga impedir que pessoas de má índole usem algum tipo de subterfúgio
106 para poder ludibriar o aposentado, mas a mídia tem sempre sido tendente a evitar
107 esse tipo de desgaste com os beneficiários. O Sr. Eptácio Luiz Epaminondas
108 destacou o fato de que o Conselho recebe muitos telefonemas a respeito da questão
109 da pensão por invalidez e também uma série de advogados também o procura porque

110 têm ações que podem entrar na justiça contra a questão do valor da pensão por
111 invalidez que podem aumentá-la e que tem uma ação que pode mover contra o Estado
112 neste sentido. Por fim, o Sr. Helmut questionou se havia mais algum questionamento
113 sobre a ata. Não havendo manifestação por parte dos Conselheiros, a ata foi
114 considerada aprovada. Em seguida sugeriu passar a palavra ao Sr. Benedito
115 Adalberto Brunca para rebater as ponderações do Conselheiro Epitácio Luiz
116 Epaminondas. O Sr. Benedito Adalberto Brunca iniciou afirmando que em relação à
117 questão da revisão, não vai haver extensão de revisão de benefícios, aposentadoria
118 por invalidez, porque isso é um preceito constitucional previsto em lei. Afirmou que o
119 que pode ser feito é cumprir a lei, no sentido de que periodicamente, a cada dois anos
120 se faça uma revisão. Destacou ainda que, objetivamente quando foi feito o concurso
121 em 2006, contratando os médicos, eliminando os terceirizados, criaram-se condições
122 objetivas para poder cumprir a lei e as pessoas foram convocadas. Completando o
123 raciocínio, o Sr. Helmut disse que a questão da reavaliação dos benefícios dos
124 aposentados por invalidez vai ser feito com toda a suavidade, com toda tranquilidade.
125 Prosseguiu dizendo que na ordem do dia haviam dois assuntos solicitados na última
126 reunião, um deles sobre o relacionamento entre a Previdência Social e o Judiciário e
127 em particular a questão dos pagamentos de precatório e de condenação judicial em
128 relação à Previdência. Apresentou o Sr. Aluizo Silva de Lucena, procurador chefe da
129 Procuradoria Especializada do INSS para fazer essa apresentação e a seguir, depois
130 de concluído o assunto falar-se-ia sobre a questão dos imóveis do INSS, do patrimônio
131 imobiliário que também foi solicitado que fosse feita uma apresentação aqui quando da
132 última reunião. Então, passou-se a palavra para o Sr. Aluizo para ele fazer uma
133 exposição, e em seguida a realização de um debate com os Conselheiros.

134

135 **IV – ORDEM DO DIA**

136 O Sr. Aluizo Silva de Lucena, Procurador Chefe da Procuradoria Federal
137 Especializada do INSS, antes de avançar diretamente no ponto do precatório,
138 esclareceu também como é a situação da Procuradoria do INSS e porque houve
139 reestruturação recente. Iniciou a apresentação falando que a procuradoria do INSS até
140 2002 estava vinculada à estrutura da Autarquia Previdenciária. A partir do corrente
141 ano, com a criação da Lei 10.480 o INSS vinculou-se à recém criada Procuradoria
142 Geral Federal. A Procuradoria Geral Federal reuniu representantes de todas as
143 Autarquias e Fundações do país. São mais de duzentas Autarquias e Fundações. O
144 INSS é uma delas, com um pequeno detalhe - o INSS tem uma representação de mais
145 de 80% de todos os processos que tramitam no judiciário em relação a essas
146 Autarquias e Fundações, onde todas elas somadas não dão 20%. Com a criação da
147 PGF o INSS perdeu autonomia para administrar o pessoal da procuradoria. Todas as
148 unidades deveriam fazer as análises estimatórias desses precatórios. Precatário acima
149 de R\$100 mil deveria ser encaminhado para a Procuradoria Geral do INSS para que
150 se confirmasse a legitimatória. Ao lado dos precatórios, têm-se as requisições de
151 pequeno valor. Lembrou que tínhamos uma situação na década de 90 em que a gente
152 pagava determinado valor independente de precatório, lembrando que este Conselho
153 mesmo chegou a autorizar esses pagamentos, mas o Supremo entendeu que era
154 inconstitucional porque a Constituição exigia que fosse sempre por precatório. Houve
155 uma alteração na contribuição, a Emenda Constitucional número 20 passou a permitir
156 que fosse feito alguns critérios fixados em lei, independentemente de precatório. Essa
157 situação no âmbito do INSS veio a ser regulamentada pela Lei 10.099 que foi inclusive
158 de iniciativa da Previdência Social, o próprio INSS e a Procuradoria se envolveram,
159 portanto na edição desse ato. Concluiu que todas as ações judiciais, todas as
160 despesas, todos os valores de condenação judicial até sessenta salários-mínimos são
161 pagos por RPV e não por precatório. Disse que o INSS teve alguns problemas de
162 duplicidade de pagamento. Fizeram alguns levantamentos e chegaram à conclusão de
163 que precisamos com urgência de um sistema que pudesse identificar essas
164 irregularidades. O INSS contribuiu até para esses valores aumentarem porque

165 também tinha causas de associação e sindicatos que o INSS se envolveu e se
166 empenhou para que se regularizasse imediatamente esses pagamentos. O precatório
167 quando está no judiciário federal a responsabilidade é deles, então o INSS poderia
168 simplesmente quedar silente e esperar que o pagamento fosse requisitado. Entretanto,
169 muitas vezes o INSS auxilia com os cálculos também para que não se prossiga a
170 demanda e faz acordo com os sindicatos quando eles renunciam a determinados
171 valores e a gente paga a parte incontroversa. Após a apresentação do Sr. Aluizo, o Sr.
172 Helmut passou a palavra ao conselheiro Sr. Evandro José Morello (Contag) e
173 questionou qual seria a questão que a se está analisando. Os procedimentos que
174 foram adiantados do ponto de vista da agilidade da melhoria da funcionalidade do
175 sistema de pagamento de precatório é louvável, o próprio INSS tem se esforçado para
176 isso, a Procuradoria e essa relação com a justiça ajuda muito, principalmente para
177 quem depende de receber o precatório. Mas a pergunta é: como que a Procuradoria
178 atua? E assim, reconhecer as dificuldades que a Procuradoria enfrenta hoje. Também
179 no seu quantitativo de recursos humanos que tem para trabalhar e nesta relação que
180 hoje está com o AGU eu queria saber primeiro qual é a quantidade de Procuradores
181 de fato hoje que estão atuando em defesa do INSS? Após a pergunta do Sr. Evandro,
182 o Sr. Helmut sugeriu que fossem coletadas algumas perguntas e depois o Sr. Aluizo
183 responderia em bloco. O Sr. Marcos Machado Soares (CNT), fez um questionamento
184 mais específico. Em face do INSS, a possibilidade de fazer um levantamento dos
185 objetos dessas despesas, ação pontual e a questão da quantidade de processos que
186 ainda estão em andamento contra o INSS, por quê? Se nós detectarmos coisas que já
187 estão dentro da legislação que foi exposta pelo Procurador à condição de ser feito
188 pagamento sem a necessidade de ir até a saia da justiça e a possibilidade de nós
189 detectarmos esses casos e posteriormente conseguirmos uma maneira técnica de se
190 fazer uma média, uma conciliação, alguma coisa assim, que não vá desprender tanto,
191 colocar tanto dinheiro em cima do que o próprio Procurador falou de advogados que
192 ainda estão agregados a Procuradoria Federal. Ressaltou que a questão aqui é
193 contenção de despesas ou detectar-se quais são os objetivos em face ao INSS. Após,
194 o Sr. Aluizo respondeu aos questionamentos levantados na reunião, dizendo que a
195 quantidade de Procuradores é de 1.300, aproximadamente. Disse que o pessoal está
196 realmente saindo dos quadros não só do INSS, mas da advocacia pública federal. Nós
197 achamos que deveríamos ter mais de dois mil Procuradores para enfrentar mais
198 dignamente nossas demandas. Quanto à questão do requisito simultâneo da idade e
199 do tempo real, o STF já entendeu que não precisa ocorrer, que não seja concomitante.
200 Tem que preencher os requisitos e separadamente não é uma situação nova para a
201 Procuradoria. Afirmou que inclusive foi solicitado que a Advocacia Geral da União
202 autorizasse a não recorrer mais nestas ações e sugeriu algumas providências também
203 de ordem ativa que ainda está por ser analisado, mas não é uma situação nova,
204 costumamos ao chegar no STJ ou recorrer para o Supremo ou tendemos pedir à
205 Advocacia Geral da União que autorize a não mais recorrer ou até tomar outras
206 providências. O Sr. Aluizo acrescentou que parece não estar pacificada no STJ a
207 questão da Lei 10.066. Disse que foi tramitando numa turma, uma posição neste
208 sentido desse entendimento de não estar exercendo uma atividade rural. É uma
209 questão que está surgindo do ponto de vista judicial federal, de uns seis meses para
210 cá. O Sr. Aluizo continuou dizendo que estrategicamente, para advogados hoje há
211 Procuradores insuficientes para atender uma demanda se monta de fato processos em
212 grandes quantidades. Está no juizado porque às vezes na justiça comum onde não
213 tem Justiça Federal e o INSS não dá conta. Então sua preocupação é no sentido de
214 que tramita muita coisa a revelia, presume que isso esteja ocorrendo, pela
215 incapacidade do INSS não ter condições de fazer atendimento. Em um único momento
216 afirma que isso é uma questão que precisa ser analisada. Afirmou ainda o Sr. Aluizo
217 que vale a pena fazer um estudo a partir dos casos de Goiás entre a Procuradoria e
218 diretoria de benefício para dar uma analisada nesta situação específica. Na opinião do
219 Sr. Aluizo é um problema que vai estar se enraizando para outros Estados também

220 para ver que mecanismo de atuação possa estar sendo implementado. Acredita que
221 esse tipo de situação precisa ser resolvida lá na ponta. Continua a respondendo
222 dizendo que já foi conversado, em outro momento, sobre a preocupação e as
223 interpretações dos Juizes, que hoje são muito variadas do ponto de vista de entender
224 quem de fato é trabalhador rural e quem faz reunir direitos nestas condições. Para o
225 Sr. Aluizo é outra relação que precisa ser estudada no poder judiciário inclusive. O Sr.
226 Aluizo disse que a questão para a procuradoria está pacificada. Afirmou que a questão
227 foi julgada na sessão que reuniu a quinta e sexta turma. Então por isso que motivou
228 esse ato para a Advocacia Geral da União. O Sr. Aluizo ponderou que quanto à
229 deficiência de atuações da procuradoria, poderia ser um dos pontos para essa
230 excessiva concessão judicial de benefícios se ela ocorrer. Pela perda de prazo não
231 ocorrem. Não se perdem os prazos. Mas talvez a defesa não esteja sendo a melhor.
232 Para o Sr. Aluizo talvez em razão disso, do volume de trabalho, o que deveria ser feito
233 é processo por processo, se fosse fazer dessa forma iria ter a necessidade de trinta
234 mil, quarenta mil procuradores e talvez ainda não desse. Então o caso da ORTN é um
235 clássico para a Procuradoria, porque tem casos em que a Procuradoria ganha, mas
236 não leva. Ganhava judicialmente quando implementava o benefício, reduzia em 30%.
237 Para o Sr. Aluizo isso acontece porque o índice aplicado pelo INSS em determinado
238 período foi maior que o ORTN. Então a Procuradoria defendia, perdia, mas quando a
239 pessoa ia executar não poderia fazer a implementação, senão ia reduzir o benefício
240 dele. Então, o Sr. Aluizo acredita que essa é uma situação que os juizados especiais
241 realmente motivaram. O Sr. Aluizo disse que hoje existem outros dois pontos ainda.
242 Tem um outro ponto que é o nosso ponto interno, ou a Procuradoria está concedendo
243 mal também, ou o judiciário está sendo bonzinho demais. Ou pode ser os três. E
244 desses três tem dois pontos que a Procuradoria pode atuar internamente que é
245 eventual deficiência do INSS e eventual concessão indevida ou negociação indevida
246 desses benefícios. Por fim o Sr. Aluizo agradeceu o convite e afirmou que gostaria de
247 ser convidado mais vezes, sempre que o conselho tiver dúvidas. Em seguida, o Sr.
248 Helmut, convidou o Sr. Valter Giugno Abruzzi, coordenador-geral de engenharia e
249 patrimônio imobiliário do INSS para fazer uma apresentação explicando os principais
250 pontos relativos aos Diagnósticos sobre os imóveis do INSS. O Sr. Valter avisou que o
251 assunto era muito mais que extenso e que poderia ficar alguns dias conversando
252 sobre o patrimônio imobiliário na sua parte geral e na sua parte específica. Porém o
253 Sr. Valter reduziu a apresentação para que ficasse mais dinâmica. Começou dizendo
254 que a diretoria de Orçamento Finanças e Logística foi criada em agosto de 2005, uma
255 nova estrutura do INSS na qual alçou a coordenação de Engenharia e Patrimônio
256 Imobiliário a um nível de Coordenação Geral. O Sr. Valter disse que houve um *up*
257 *grade* que teve na coordenação e que era um anseio antigo de nós que trabalhamos
258 na área, inclusive foi uma recomendação dos órgãos de controle externo que tivessem
259 na nossa coordenação, que recomendaram uma melhor estruturação na área de
260 patrimônio imobiliário. O Sr. Valter ainda afirmou que a equipe tem muitas sugestões,
261 mas conseguiram de coordenação passar para coordenação geral. O Sr. Valter disse
262 que apenas uma coordenação de apoio à coordenação geral, e que tiveram apenas
263 três divisões: divisão de projetos e obras e a divisão de manutenção e engenharia de
264 avaliações e o patrimônio imobiliário. O Sr. Valter avisou ainda que existem dois
265 serviços, um que trata de administração de imóveis funcionais e outro serviço de
266 móveis de uso especial. O Sr. Valter continuou a explanação dizendo que o Novo
267 Código Civil introduziu uma determinação para os imóveis públicos, então todos os
268 imóveis públicos são classificados em imóveis de uso especial que são os imóveis de
269 propriedade do ente público que são utilizados para finalidade do ente público e criou
270 uma outra denominação que são os chamados móveis dominiais que são os imóveis
271 do ente público, mas que não são utilizados para essa finalidade, então seriam
272 aqueles imóveis não operacionais. O Sr. Valter prosseguiu dizendo que antigamente,
273 os imóveis a rigor seriam inservíveis. Dentro dos imóveis de uso especial, hoje no
274 INSS estão incluídos, além daqueles imóveis que são utilizados para nossas

275 instalações os imóveis funcionais e os imóveis de reserva técnica. Após essa breve
276 introdução entrou na parte de patrimônio imobiliário. O Sr. Valter continuou a
277 apresentação dizendo que os objetivos da administração na área de patrimônio
278 imobiliário é a gestão do patrimônio imobiliário. O Sr. Valter acredita que englobaria
279 todos os demais itens, mas que preferiu-se colocar alguns itens que a engenharia
280 acha importante. O Sr. Valter prosseguiu dizendo que a gestão do patrimônio
281 imobiliário é normatização de todos os outros relativos a essa área o sistema de
282 patrimônio imobiliário na qual pode classificar, emitir relatório, explicitar e fazer a
283 gestão. Na opinião do Sr. Valter a administração dos imóveis de uso especial, ou seja,
284 aqueles imóveis que são ocupados, a regularização e o cadastro do patrimônio
285 imobiliário ainda não têm imóveis irregulares e os gastos eles ainda têm alguns casos
286 ainda desatualizados. O Sr. Valter continuou dizendo que são feitas alienações dos
287 imóveis dominiais, ou seja, se o imóvel é dominial, ele é nosso, mas ele não é
288 ocupacional, ele não é utilizado pelo serviço e nem interessa utilizá-lo, então tem que
289 vender os imóveis dominiais. O Sr. Valter afirma que a Lei 9.702/98 é muito clara, os
290 imóveis não operacionais, os imóveis que não servem, os imóveis que não são
291 utilizados pelo sistema da previdência tem que ser alienados. Na sua opinião o INSS,
292 é o inteiro patrimônio dos antigos institutos de aposentadoria e pensão, depois foram
293 transformados em institutos de aposentadoria e pensão. O Sr. Valter exemplificou que
294 entre 1930 e 1964 os IAP's realizaram uma política habitacional com a construção de
295 vários conjuntos residenciais. O Sr. Valter continuou a explanação afirmando que o
296 BNH quando foi criado na década de 60 retirou dos antigos institutos e que a parcela
297 de política habitacional, ficou toda para o BNH só que foi dividido em três: IAPAS,
298 INPS e INAMPS e depois o INAMPS saiu e o IAPAS e o INPS voltaram a se fundir no
299 INSS e teve o passível herdado hoje. O Sr. Valter disse que hoje o passivo é entorno
300 de vinte e cinco mil imóveis residenciais que já foram alienados, que já foram quitados,
301 portanto eles não fazem parte do inventário contábil, mas eles estão pendentes de
302 regularização. O Sr. Valter afirmou que hoje existem 5.186 imóveis contabilizados no
303 patrimônio imóveis. Então dessa questão, tenta-se fazer uma classificação, mas ela
304 representa não totalmente o qualitativo. O Sr. Valter continuou dizendo que o PND é o
305 famoso plano nacional de desimobilização. Disse que na década de oitenta, ainda no
306 antigo IAPAS por volta de 1984, começaram a se alienar os imóveis da Previdência. O
307 Sr. Valter afirmou que manter todo patrimônio não era bom porque era custo.
308 Prosseguiu dizendo que foram feitas algumas alienações e culminou em 1089 imóveis
309 no primeiro plano Nacional de Desimobilização. Acrescentou que foi criado por Lei e
310 que foi motivo do presidente, do seu secretário de engenharia e patrimônio irem para a
311 televisão anunciar o PND, ou seja, o IAPAS na época iria vender os seus imóveis
312 ociosos e desta data até hoje foram alienados aproximadamente dois mil e cem
313 imóveis. Disse também que por meio de diversos PND's, em que esses não são
314 contínuos, não é todo ano. Exemplificou dizendo que em 1989, 1990, 1991 às vezes
315 entrava uma administração que dizia não, não quero vender imóveis, outra
316 administração dizia não meu objetivo é vender imóveis. O Sr. Valter continuou a
317 apresentação dizendo que em alguns anos pessoas que eu me lembro, de 1989 até
318 2006 nós tivemos 11 PND's. Onze são os anos. Então nós temos basicamente 18
319 anos e só 11. O Sr. Valter disse que então teve alguns lapsos de anos que não houve
320 PND. Afirmou que hoje o que nós temos foi aprovado como PND 2006, 2007. Há uma
321 burocracia para autorizar a venda dos imóveis e para não perder essas autorizações
322 colocou-se um biênio. O Sr. Valter continuou dizendo que tudo que foi autorizado em
323 2006 já dissemos, toda a venda dos imóveis do INSS precisam ter uma autorização
324 expressa. Para ele essa autorização é tida pelo Presidente do INSS em conjunto com
325 o diretor de orçamento, finanças e logística. Então a Resolução 184 trata da alienação
326 de imóveis. Na opinião do Sr. Valter a alienação dos imóveis era feita por meio de
327 concorrência pública determinada pela Lei 8.666/93. Essa resolução originou uma
328 orientação interna de quais são os procedimentos que as gerências têm que ter para
329 fazer alienação. Porém a Medida Provisória 335 do dia 23/12/2006 introduziu um novo

330 conceito para alienação dos imóveis que é o leilão, a questão do leilão é nova para o
331 INSS que nunca vendeu por leilão, sempre vendeu por concurso e uma consulta feita
332 e o Sr. Valter continuou dizendo que a Procuradoria disse que a partir da Medida
333 Provisória 335 não é mais para se vender por concorrência pública e sim por leilão.
334 Então, na opinião do Sr. Valter toda a expertise que era para concorrência pública
335 agora está truncada e vai ter que entrar em leilão. Para o Sr. Valter é necessário ver
336 quais são os procedimentos do leilão. Acrescenta que hoje o INSS perante os órgãos
337 de controle e a própria administração do governo federal precisa saber quanto gasta
338 de despesas nos imóveis. A despesa tem que ser separada, quanto gasta nos imóveis
339 e quanto gasta nos imóveis que não são operacionais, aqueles que são inservíveis,
340 então existe essa outra coluna para ter um mecanismo de controle. O Sr. Valter
341 acrescenta que o patrimônio são três mil e quinhentos imóveis dominicais e que se
342 gasta X milhões para manutenção. Isso é despesa que pode ser diminuída se forem
343 vendidos esses imóveis. Para o Sr. Valter tem-se que ter um sistema de
344 gerenciamento. O sistema de gerenciamento que existia era sobre o ambiente dos
345 centros e começou a ficar enferrujado e teve uma hora que ele não funcionou mais.
346 Exemplificando, o Sr. Valter quis dizer, que o sistema parou, não tinha, não existiam
347 mais máquinas que rodassem, os programas. A orientação para a venda direta de
348 imóveis pode ser feita a venda direta de imóveis para qualquer órgão público. A
349 regularização das ocupações pelo órgão público, pela Dataprev, por terceiros, são
350 encaminhados às gerências executivas, e dão a orientação para regularizar essa
351 ocupação. A Lei 9.702/98 determina que não é proibida qualquer seção gratuita dos
352 imóveis do Fundo Geral da Previdência Social. A regularização dos imóveis de uso
353 especial e de alienação é por meio de dotações orçamentárias exclusivas. Na opinião
354 do Sr. Valter existe uma ação no orçamento do INSS em que todo ano é destacado
355 um valor inclusive para regularizar imóveis, ou seja, os serviços de terceiros, serviços
356 de pessoas físicas, serviços técnicos diários, passagem, é pago e tudo isso para fazer
357 a regularização dos imóveis. O Sr. Valter disse que também um contrato de permuta
358 de uso diário de imóveis edificadas com o Banco do Brasil, instala ações e instalam-se
359 agências nas agências do INSS até não ter mais prédios próprios. O Sr. Valter afirmou
360 ainda que tem um grupo de trabalho formado por Procuradores e Engenheiros do
361 patrimônio para analisar as questões de arbitramento da Advocacia Geral da União,
362 AGU na questão dos imóveis ocupados pelo antigo INAMPS que até hoje está meio
363 irregular. Acrescentou que foi feita uma proposta de criação de uma diretoria provisória
364 só para desmobilização, foi encaminhada pelo INSS e também tem outra proposta
365 que é a lotação de servidores para atendimento exclusivo das questões de patrimônio
366 imobiliário. Na direção geral em 1998 tinham quinze servidores de patrimônio
367 imobiliário e três sistemas informatizados funcionando. Hoje o patrimônio imobiliário
368 tem cinco servidores e nenhum sistema. Na regional e nas executivas tinha-se 250
369 servidores trabalhando exclusivamente nos patrimônios que estavam utilizados. Hoje
370 tem sessenta servidores que trabalham na logística e além de patrimônio fazem
371 logística, licitação e contratos de engenharia. Há necessidade de concurso para
372 engenheiros, o último concurso público foi feito em 1985 em São Paulo. Após a
373 apresentação do Sr. Valter, o Sr. Helmut abriu a palavra aos conselheiros para que
374 estes tecessem comentários e fizessem perguntas acerca do tema abordado, os quais
375 se manifestaram: A Sr^a Maria Júlia Reis Nogueira (CUT), que começou dizendo que
376 no Estado do Maranhão a grande maioria das agências do INSS funciona em prédios
377 locados o que gera um custo extraordinário à própria gerência, é um prédio locado e
378 tem uma situação, não resolvida porque tem um prédio do INSS de dez andares, o
379 João Goulard, que estava em reforma, isso há quase dez anos atrás, teve problema
380 com a construtora que vinha executando o serviço, quando já estava na fase de
381 instalação do elevador e essa obra, está praticamente abandonada. Na opinião da Sr^a.
382 Maria Júlia isso são custos para o INSS, quando o INSS paga aluguéis, ele tem uma
383 obra paralisada. Então perguntou: como é que você resolve isso? Porque isso gera
384 custos e aí se vê que a alegação é que faltam recursos para o pagamento de

385 benéficos, de que existe, inclusive déficit para pagamento de benefícios, por outro lado
386 isso parece que é uma forma dos recursos estarem indo para o ralo. O Sr. Jorge
387 Higashino (CNF), ponderou que como nos bancos tem-se essa restrição de ter imóvel
388 de não uso. Então o Sr. Higashino acha que a engenharia tem essa dificuldade toda
389 de não poder dispor desse imóvel livremente e como o órgão, o governo ou algo mais
390 social, tem mais dificuldade de reintegração de posse e expulsão desses invasores
391 dessa localidade. Então, resolveu que, se precisar de ajuda, do trabalho, também
392 algumas vezes poderia também estar interessado como o banco está em algumas
393 localidades onde esses imóveis possam servir de agências bancárias, se puder
394 adquirir, ou não, depende muito daquilo que seja disponibilizado o sistema financeiro.
395 Então o Sr. Higashino colocou-se à disposição para a discussão do assunto e ajudar
396 naquilo que for possível. O Sr. Roberto Nogueira Ferreira (CNC), perguntou por auto
397 qual seria o valor do patrimônio desses 5.186 e também quanto gasta mantê-los. Na
398 apresentação teve uma idéia de valor ali naquele orçamento que usou em 2006. E a
399 outra questão também dentro dessa linha se o Sr. Valter imagina, se fizesse uma força
400 tarefa para alienar isso tudo em quantos anos imagina ficar livre dos imóveis? Após, o
401 Sr. Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAP), também questionou, mas a dúvida foi acerca
402 do procedimento para comprar um imóvel do INSS, perguntando como que se dá
403 entrada. Para o Sr. Epitácio ou o INSS entra, ou a previdência está querendo formar
404 uma grande imobiliária para vender os imóveis que tem. O Sr. Epitácio quis dizer que
405 tem que criar uma imobiliária para poder criar e todo mundo ganhar? O Sr.
406 Epaminondas, provocando um pouco para entender como é que funciona. Ou então
407 um bando de gente trabalhava para expulsar o povo que tem lá. Na opinião do Sr.
408 Epaminondas de repente não é essa a finalidade. A finalidade é retornar as coisas que
409 tem e discutir a questão. O questionamento do Sr. Epaminondas é se tem um imóvel,
410 quais são os caminhos que podem ser tomados para poder usar um imóvel que tem
411 aí, que pertence à previdência? Pode ser alugado, se não pode ser locado se a
412 tendência não é ser locado qual a finalidade e como a gente pode discutir ou pode
413 indicar a forma de poder se desfazer dele. E que possa render frutos para a União. O
414 Sr. Guilherme Costa Delgado (MP/IPEA), perguntou qual seria a proporção desses
415 imóveis. A preocupação do Sr. Guilherme é que tem um fluxo que vem vindo e que
416 deve crescer ao longo do tempo. Após o Sr. Valter respondeu os questionamentos.
417 Iniciou na questão da dação em pagamento. É o número de imóveis oriundos da
418 dívida ativa, não é grande e não é significativo sobre os 5.186. Quando colocou na
419 apresentação, herança é porque ela é uma herança dos antigos institutos. A dação em
420 pagamento é um instrumento até 2002 em que recebia imóveis, porém ela não é
421 significativa, há uma falsa apresentação do patrimônio do INSS pela imprensa dizendo
422 que ela é oriunda das dações em pagamento. Na opinião do Sr. Valter o que ocorre
423 muitas vezes era que a entrada no patrimônio do INSS se dava através de
424 adjudicação, ou seja, era a via judicial. Então a adjudicação era a coisa mais simples,
425 só os advogados contratados que na hora que executavam a dívida e não existia meio
426 da empresa pagar, era adjudicado e a Previdência Social em cada cidade que havia
427 uma agência, existia o seu agente. Então era aproximadamente mil agentes, na
428 década de noventa o agente tinha o poder de representar a Previdência Social em
429 qualquer ato. Então o Sr. Valter não se lembra de imóveis que tenham sido
430 adjudicados. Mesmo se ele for adjudicado tem que vir para o parecer da coordenação
431 e a coordenação solicita da diretoria de atendimento uma única manifestação. Como
432 não houve a regulamentação até hoje dessa lei através de um decreto a Procuradoria
433 através da matéria tributária, está impedindo receber dação em pagamento. O Sr.
434 Valter acredita ser inclusive um problema muito grande porque várias prefeituras
435 construíram imóveis no terreno para oferecer o imóvel em dação em pagamento e o
436 imóvel está lá, ocupando a agência e a matéria tributária diz que tem que fazer o
437 levantamento desse imóvel quanto se gastou, pagar a prefeitura. Como se estivesse
438 comprando o imóvel. Hoje se quiser saber os nomes dos ocupantes funcionais é
439 possível saber. Tem o nome dos ocupantes, tem o valor que eles pagam, tem o setor

440 em que ele é alocado, tem se a situação dele é regular ou irregular, tem se existe ação
441 judicial sobre o imóvel, sobre o ocupante. Isso foi um trabalho feito nos últimos doze
442 meses com um grupo de trabalho de serviço, não da área para não contaminar os
443 sistemas. Para o Sr. Valter a questão do edifício João Goulard no Maranhão que a
444 Conselheira Sr. Maria Júlia se referiu é um caso típico, pois o Maranhão tem três
445 prédios locados, que paga locação em três prédios de agência, a gerência executiva
446 da Procuradoria e da antiga receita previdenciária, sendo que tem no centro de São
447 Luiz o edifício João Goulard com dez pavimentos que começou a reforma e foi parada
448 por questões da previdência. Para o Sr. Valter hoje o orçamento para reformar todo o
449 prédio gira entre R\$1 milhão e 800 e R\$2 milhões. Sendo que se vir o orçamento da
450 previdência isso não é muita coisa. É um valor grande, mas não é um valor grande
451 para o orçamento. Então o Sr. Valter questiona, porque não reforma? O orçamento na
452 questão de engenharia tem dois orçamentos. Trabalha com a questão do PMA que
453 são aqueles R\$31 milhões deste ano, aqueles R\$67 milhões do ano passado e os
454 R\$15 milhes de 2005. O Sr. Valter então explica o que é padrão PMA. É o Previdência
455 Social, aquelas faixas do piso de cerâmico, o ar condicionado, os balcões padrão, as
456 agências da Previdência Social. O João Goulard não é uma agência. O Sr. Valter
457 afirma que pode até instalar no térreo uma agência, só que se de repente vai utilizar
458 15% desses R\$2 milhões e 300 mil, pode utilizar a dotação do PMA. A outra dotação
459 entra numa outra ação que se chama funcionamento das unidades descentralizadas.
460 Acrescenta que neste funcionamento está tudo, luz, água, telefone, limpeza, vigilância,
461 material de consumo, locação, tudo entra no funcionamento. E as restrições
462 orçamentárias começam porque foram solicitados R\$320 milhões para esse
463 funcionamento, para manter a máquina funcionando e foi contingenciado 30% ou tem
464 apenas R\$240 milhões. Esses R\$240 milhões dá para manter os contratos que já
465 foram assinados. De manutenção, de vigilância, de limpeza, pagar água, luz e telefone
466 e não sobra nada. Nada nem R\$2 milhões para reformar o João Goulard. Então, na
467 opinião do Sr. Valter essa é a questão, existe já o orçamento é aprovado, é
468 contingenciado, é distribuído uma semana depois o INSS pede crédito suplementar
469 para fazer isso. Já foi solicitado, como foram solicitados vários contratos
470 suplementares. Deve ter passado há uns três ou quatro anos da última reforma que foi
471 a três, quatro anos atrás. Com relação ao o valor desse patrimônio de 5.186 o Sr.
472 Valter não tinha o valor contábil. Não pôde nem dizer porque poderia incorrer em um
473 erro muito grande, mas disse que poderia mandar, mais ou menos os valores. A
474 proposta da diretoria de desimobilização que seria uma diretoria provisória no INSS
475 para só solucionar questões de desimobilização quando foi proposta para fazer os
476 organogramas e as competências foram propostas dois anos. O Sr. Valter afirmou que
477 tem que ser o prazo de quatro anos prorrogável por igual período. Em oito anos tendo
478 uma diretoria de desimobilização com os recursos para fazer a regularização, com
479 certeza em outro ano teria. Na opinião do Sr. Valter o que não pode acontecer é como
480 na questão do PMA que um ano recebe R\$15 milhões e no outro recebe R\$70. No
481 outro ano recebe R\$20, depois volta para R\$80. Então essa intermitência de recursos
482 não pode. Tem que ser uma diretoria de desimobilização com recursos para fazer a
483 desimobilização junto com engenheiros para fazer a avaliação com técnica para
484 proceder análise da documentação a Procuradoria com setor específico para analisar
485 a documentação dominial. O Sr. Valter lembrou que o Dr. Aluizo falou da rotatividade
486 dos advogados e na hora em que o nosso Procurador entende de patrimônio
487 imobiliário ele já passou num concurso para Juiz. Então ele fica seis meses quando
488 ele entende toda a legislação, quando ele está craque aí sai e entra um outro. Teve
489 pareceres da procuradoria, pareceres excelentes, muito bons os pareceres só que o
490 procurador fazia questionamentos que quem já está a vinte anos, já conhece tudo. E
491 ele não conhece esse detalhe. O Sr. Jorge Higashino acrescentou a respeito da
492 legislação sobre atendimento a deficientes já está vigorando, inclusive regulamentada,
493 quis saber não só a adequação do prédio para acesso a esse pessoal como também a
494 adequação dos equipamentos de auto-atendimento ou de atendimento aos

495 beneficiários ou até contribuintes em que ponto está, como estão fazendo quanto a
496 isso? O Sr. Valter respondeu que existe uma determinação, uma lei que todos os
497 prédios públicos têm trinta meses para se adequar à questão de acessibilidade. É uma
498 lei que está sendo cumprida. Estão sendo incorporados no imóvel. Tanto à parte da
499 questão de acessibilidade do deficiente físico e de deficiente visual. Inclusive já
500 existem em cada peça está sendo instalado um balcão e talvez até o equipamento já
501 esteja vindo com essas características. O Sr. Valter acrescentou que a questão
502 orçamentária é estranha, porque a engenharia nunca participou de nenhuma reunião
503 orçamentária. O Sr. Helmut agradeceu a presença do Sr. Valter o qual pediu
504 desculpas pela correria e externou a honra de estar no conselho. O Sr. Helmut
505 agradeceu ao Sr. Valter, então pela sua explicação. Passou ainda rapidamente a
506 palavra para ao Sr. Brunca para que ele faça uma rápida leitura de uma minuta de
507 resolução não relacionada à questão imobiliária, mas a uma outra questão que o
508 Tribunal de Contas da União estão demandando algumas providências e precisam
509 formar um grupo de trabalho para poder dar uma resposta. O Sr. Benedito Adalberto
510 Brunca iniciou explanando alguns pontos do proposto pelo Tribunal de Contas.
511 Segundo o Sr. Brunca, em três anos de discussão com a rede bancária inclusive com
512 os bancos públicos não foi possível viabilizar a operacionalização desse controle na
513 forma prevista e o Tribunal de Contas, no plenário do Arcódão 1.921/2003 também
514 recomendou alguma adoção de medidas. O Sr. Brunca disse que na adoção dessas
515 medidas se fossem adotadas na maneira como elas estavam projetadas não incidiria
516 um controle, uma fiscalização, um acompanhamento adequado desses fatos sobre
517 metade desses R\$5 milhões de benefícios dos dez que são pagos através dessas
518 contas. Para o Sr. Brunca a grande bancarização se deu sobretudo pelo uso da
519 poupança que não tem tarifas e impostas pelo sistema financeiro ou então contas
520 conjuntas onde pessoa, casal às vezes apresenta uma única conta para relativizar os
521 custos e facilitar aí o controle. A proposta do Sr. Brunca apresentou é de que dê uma
522 resolução onde considerando esses dois pontos a gente crie um grupo de trabalho
523 com a finalidade de estudar a operacionalização dos controles de pagamento de
524 benefício por conta-corrente, conta conjunta, enfim e na medida em que for necessário
525 propor uma nova redação para o §3º do artigo 166 e esse tema naturalmente tem
526 interesse porque qualquer decisão se fosse olhar o aspecto meramente prático da
527 decisão burocrática, então acaba com conta poupança e põe um ônus para o
528 aposentado, mexe com R\$5 milhões de pessoas. Por isso o Sr. Brunca propôs o à
529 resolução e sugeriu que aí depois cada entidade possa fazer a indicação dos nomes
530 que gostaria no caso daqueles que tiverem interesse de participar da composição do
531 grupo. Em particular entendeu que no mínimo, não é exclusão de ninguém, mas o que
532 entende é que a Procuradoria, o próprio Ministério, o INSS, a Dataprev, a FEBRABAN
533 representada pelo Conselheiro Higashino acabe necessariamente tendo parte do
534 grupo. O Sr. Helmut fez a proposta de pauta para a próxima reunião. Conselheira
535 Josepha levantou a questão do auxílio doença.

536

537 **V – OUTROS ASSUNTOS**

538 O Sr. Jorge Higashino propôs, que antes de colocar a pauta da próxima reunião
539 registrasse a grande preocupação principalmente do Sistema Financeiro Nacional com
540 relação aquela relação que era extra-oficial, apresentada às discussões quando
541 aprovação da segurança, saúde, alíquota, sobre seguro saúde e principalmente
542 segurança e acidente do trabalho. E acrescentou que trabalhou encima e o que se
543 preocupa de que existem inclusive rumores de que o sistema financeiro jamais se
544 posicionou, inclusive o Sr. Higashino complementou que esteve várias vezes em
545 várias reuniões, manifestou inclusive e quis deixar bem registrado ao Senhor
546 Presidente que no dia 18/12/2006 teve uma reunião com o secretário executivo do
547 Ministério da Previdência, Dr. Gabas, quando não só apresentando a preocupação, a
548 reivindicação como também entregou a ele um dociê, uma pequena amostra do que
549 estaria ocorrendo principalmente o que vai afetar em termos de alíquota de

550 contribuição de seguro acidente de trabalho. Na oportunidade o Sr. Higashino
551 ponderou que da pequena amostra tinha uma clara ocorrência de caso de um mesmo
552 médico sempre aprovando a origem do mesmo sindicato. Então o Sr. Higashino disse
553 que achava que 100% de casos aprovados por esse médico de 100% dos casos
554 encaminhado pelo sindicato. Então o Sr. Higashino, teria na ocasião pedido para que
555 fosse feita a averiguação junto à Procuradoria e tudo mais para que esse fato fosse
556 esclarecido, para que o sistema financeiro ficasse mais tranqüilo quanto à veracidade,
557 quanto à alíquota a ser aplicada seja efetivamente justo no processo. Como informe o
558 Sr. Luiz Antônio Adriano da Silva se manifestou dizendo que o Conselheiro Ricardo
559 Patar que representava a Força Sindical no Conselho, pediu a saída dele do
560 Conselho. O Sr. Luiz acrescentou que o Conselheiro Ricardo está encaminhando a
561 carta para o Conselho e a Força Sindical vai conduzir o companheiro Nelson Bahia
562 que acompanhou a reunião, o tempo todo, o Nelson Bahia, o dirigente sindical da
563 Bahia e também representa o sindicato dos aposentados lá.

564

565 **VI – ENCERRAMENTO**

566 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos,
567 desejando-lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 130ª Reunião
568 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. Brasília, 28 de março de 2007.